

POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO EM CACHOEIRA/BA: UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA MONUMENTA (MINISTÉRIO DA CULTURA)¹.

LÍVIA FRAGA CELESTINO

Graduanda Geografia/UFBA

GeUR – Laboratório de Geografia Urbana e Regional

Grupo de Pesquisa “Cidade, Território e Planejamento”

livia_fraga@hotmail.com

Rua Visconde de Itaborahy nº17, Ed Marselha apt 101, Amaralina

Resumo: A cidade de Cachoeira é considerada Monumento Nacional e é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sendo alvo, nos últimos anos, de constantes modificações como criações de programas de reestruturação e preservação do patrimônio histórico. A pesquisa propõe-se avaliar a atuação do Programa Monumenta na cidade de Cachoeira, com intuito de analisar seus impactos positivos e negativos nos diversos segmentos da população que utilizam o espaço urbano. Através da pesquisa, constatou-se que as ações do Estado e do capital privado, através de políticas públicas, como o Programa Monumenta, que buscam aliar preservação patrimonial, cultural e arquitetônica aos interesses da lucrativa dinâmica turística, modificam a morfologia urbana, seus usos e suas formas e, conseqüentemente, as suas relações sociais.

Cachoeira: A história e a economia materializadas na paisagem urbana

A cidade Cachoeira está localizada no Recôncavo Baiano, situada às margens do rio Paraguaçu, possui aproximadamente 398 Km² e apresentando em 2007, segundo o IBGE, 32.252 habitantes.

Segundo Camargo et all. (2008) a região onde está inserida à cidade é desde os tempos coloniais explorada economicamente por suas terras propícias a cultura da cana-de-açúcar e do tabaco. Esta foi uma das primeiras cidades escolhidas para instalação dos engenhos de açúcar com mão-de-obra escrava. Sua localização privilegiada, com terras relativamente baixas junto à costa, na fronteira entre duas regiões importantes como o

¹ Pesquisa realizada com financiamento da FAPESB

Recôncavo e o Sertão, e banhada por rio navegável, em seu baixo curso, favoreceram o desenvolvimento rápido da população em função da rica economia açucareira e fumageira. Em 1698, tornou-se Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira do Paraguaçu tornando-se próspera e atraindo famílias ricas de toda região adjacente.

Sua importância política crescia paralelamente à econômica, pois a partir de Cachoeira que partiram lutas armadas contra os portugueses pela Independência do Brasil, sendo pioneira no movimento emancipador do país. Devido aos seus feitos históricos, foi denominada Cidade Heróica, pela lei provincial nº 43 de 13 de março de 1837, sendo sede do governo provisório do Brasil na guerra de Independência em 1822. O sistema político-econômico da época colonial bem como o ciclo de riqueza econômica propiciou marcas na estrutura e na cultura da cidade de Cachoeira, como em seus casarios e igrejas do estilo barroco.

A área onde está inserida Cachoeira sofreu um forte processo de decadência econômica e estagnação no desenvolvimento das cidades, a partir do século XX com a mudança no perfil da economia brasileira e das estruturas sociais. Para completar o processo de estagnação do Recôncavo Canavieiro e Fumageiro, na metade do século XX, com a descoberta de petróleo na área do Recôncavo mais próxima de Salvador, toda uma rede infra-estrutura é criada para atender as exigências da indústria petrolífera, isolando as áreas tradicionais e atraindo grande parcela da população das áreas canavieiras e fumageiras.

O período áureo de riquezas econômicas e poder político estão materializados na paisagem urbana, e segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2008), Cachoeira possui o segundo maior conjunto histórico preservado do Brasil, depois de Ouro Preto. Este conjunto levou ao tombamento de Cachoeira desde 1971, como Monumento Nacional.

Atualmente na cidade várias modificações na dinâmica urbana estão em curso, como a implementação de programas de reestruturação e preservação do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural urbano (Programa Monumenta), a instalação da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB) e projetos para o desenvolvimento do turismo étnico e histórico no local. Estas novas instalações estão modificando a cidade de Cachoeira bem como modificando suas formas, seus usos e as suas relações sociais.

As manifestações culturais, de cunho religioso, constituem uma das grandes riquezas históricas da cidade. Em Cachoeira foi criado o primeiro terreiro de candomblé do país, exercido pela Irmandade da Boa Morte. Esta proporciona a maior festa religiosa da região, ajudando a fortalecer o turismo étnico.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - Prodetur/NE (2007), afirma que o estímulo às atividades turísticas que o projeto de recuperação do centro histórico (Programa Monumenta) pode exercer possui grande importância econômica e social para o município de Cachoeira.

Programa Monumenta

Segundo o Ministério da Cultura (MINC), o Monumenta é um programa nacional de recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro que atua em locais que foram tombados pelo IPHAN e que estão na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO. Com o objetivo reverter os quadros de degradação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico nacional que em grande parte está localizado em áreas com baixo nível de atividade econômica e de reduzida participação da sociedade, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações, além de atividades que auxiliem esta preservação. Estabelece também novos usos para os imóveis e monumentos recuperados, aumentando a utilização econômica, cultural e social das áreas do programa.

Segundo o IPHAN (2008), apesar de que no Brasil há algumas legislações que defendam o patrimônio histórico urbano, muitos dos seus sítios que possuem valor material e imaterial estão em estado de deteriorização. O Decreto-Lei nº25 de 1937 criou o Instituto do Tombamento, que seria responsável por desenvolver um conjunto de ações com o objetivo de preservar, por meio de legislação específica, bens culturais de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental, impedindo que viessem a ser demolidos, destruídos ou descaracterizados. O tombamento poderia ser aplicado a bens móveis e imóveis, mas somente aqueles de interesse coletivo e para a preservação da memória histórica de uma sociedade.

O patrimônio cultural de um local pode ser definido, segundo o IPHAN (2008), como o conjunto dos elementos históricos, arquitetônicos, ambientais, paleontológicos,

arqueológicos, ecológicos e científicos, para os quais se reconhecem valores que identificam e perpetuam a memória e referenciais do modo de vida e identidade social. No Brasil, desde a Constituição de 1988 em seu artigo 216, “é patrimônio cultural de uma sociedade civil os bens de natureza material e imaterial”.

Os bens de natureza material são aqueles de interesse neste trabalho, sendo representado por edifícios, monumentos e marcos, entre outros, é a representação mais sólida e visível do patrimônio histórico-cultural, e normalmente são as imagens deste patrimônio que se tornam emblemas ou referências de uma localidade para um indivíduo. Assim, “a imagem que o indivíduo tem da cidade determina se ela é amada ou odiada, e onde dentro dela, ou se em qualquer outra parte, ela escolherá morar, comprar, trabalhar e passear” (CLARK, 1985, p.37).

Segundo o Ministério da Cultura (2008) a principal motivação do Programa Monumenta é a precária situação dos sítios históricos urbanos brasileiros que acumulam problemas tanto de esvaziamento habitacional quanto funcional, aliado a deteriorização dos monumentos no espaço urbano, seja por falta de políticas públicas adequadas, conscientização popular e governamental e da escassez de subsídios que auxiliem na manutenção e preservação destes sítios.

O Programa Monumenta iniciou-se em 1995, através de um contrato de empréstimo entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) por meio de ações definidas por um regulamento firmado. A supervisão e administração são realizadas pelo Monumenta que está vinculado ao Ministério da Cultura, atuando em cidades históricas protegidas pelo IPHAN. O programa somente é implementado a partir da assinatura de convênios firmados entre o MINC, prefeituras e/ou Estados estabelecendo atribuições a cada uma das partes, valores a serem repassados e prazos de execução de obras. Para conduzir as ações do programa são formadas equipes compostas por técnicos da localidade e do IPHAN. Estas equipes compõem a Unidade Executora de Projeto (UEP), presente em cada cidade onde o Monumenta atua recebendo orientações da Unidade Central de Gerenciamento (UCG) sediado no MINC. As áreas objeto de atuação do programa são: Sítios Históricos Urbanos Nacionais (SHUN) e os Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais (CUMN) tombados pelo IPHAN e situados dentro dos perímetros urbanos dos municípios.

O Ministério da Cultura (2008) afirma que os principais objetivos do programa são preservar áreas pré-definidas de interesse histórico e artístico urbano e estimular ações que aumentem a consciência da população sobre a importância de se preservar o acervo local, conservando e estimulando outros projetos culturais e sociais nas áreas de recuperação. Isto ajudaria na reativação da economia das cidades por meio da capacitação de trabalhadores para atuarem nas áreas de restauração e/ou conservação do patrimônio e no estímulo a geração de novos postos de trabalho e renda, tornando auto-sustentável a comunidade local.

O Monumenta tem como foco estimular ações compartilhadas entre governo, comunidade e iniciativa privada, criando um Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural que possa garantir a sustentabilidade do programa. O Fundo Municipal financia ações de preservação e conservação de áreas submetidas à intervenção do Monumenta, onde os recursos financeiros gerados em cada localidade são direcionados ao Fundo Municipal e usados para cobrir os custos de conservação do patrimônio municipal.

Atualmente o Monumenta atua em 26 cidades, onde foram escolhidas de acordo com sua representatividade histórica e artística, segundo critérios de necessidade de recuperação estabelecidas pelo MINC, entre elas estão: Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira (BA), Congonhas (MG), Corumbá (MS), Diamantina (MG), Goiás (GO), Icó (CE), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Manaus (AM), Mariana (MG), Natividade (TO), Oeiras (PI), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Penedo (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Cristóvão (SE), São Francisco do Sul (SC), São Paulo (SP) e Serro (MG).

Nas obras de recuperação e conservação estão incluídas igrejas, museus, fortificações, casas de câmara e cadeia, palacetes, conventos, fortes, ruas, logradouros, espaços públicos e edificações privadas nas áreas tombadas pela União.

Segundo o Monumenta (2008), através do restauro de imóveis privados, o Programa obtém retorno dos recursos para os Fundos Municipais de Conservação, a partir de um acordo de cooperação entre os municípios e a Caixa Econômica Federal (CEF).

As despesas, desde o início de sua atuação em todo o Brasil, foram divididas em: monumentos e espaços públicos (R\$ 49.676.966,14), fortalecimento institucional (R\$ 6.665.835,00) e formação e capacitação (R\$ 18.157.581,00).

As ações do Monumenta em Cachoeira

O projeto do Monumenta desenvolvido em Cachoeira afirma a significativa riqueza e diversidade cultural presente em seu sincretismo religioso e em suas manifestações, de valor imaterial, e pelos seus monumentos históricos, de valor material, com características barrocas, presentes em casarões, sobrados, museus e igrejas que foram construídos a partir do bem sucedido ciclo econômico da época. Os monumentos não são somente importantes por fazerem parte da história e cultura de uma cidade, eles têm um grande potencial social por ser um local atrativo, onde as pessoas interagem mesmo que de forma indireta ou superficial. Segundo Lefebvre (1999, p. 32) “os monumentos projetam uma concepção de mundo no terreno, enquanto a cidade projetava e ainda nele projeta a vida social (a globalidade)”.

De acordo com o Monumenta (2008), a área de atuação do programa estende-se pelo trecho que se inicia na esquina da Rua 13 de Março com a Rua Rui Barbosa, descendo por esta até contornar a Praça Góes Calmon (não incluída no programa), encontrando a Rua Manoel Paula Filho, atingindo a Rua do Cais, incluindo o casario da Rua Rampa dos Saveiros e Rua Marechal Floriano Peixoto, passando pelos fundos do Convento do Carmo e do casario da Rua Benjamin Constant e Rua Ana Nery, até fechar o perímetro na esquina da Rua 13 de Março com a Rua Rui Barbosa.

Atuando em uma área com aproximadamente 105.000 m² realizando obras de restauro e conservação de locais como: Capela Nossa Senhora D’Ajuda, Conjunto do Carmo – Ordem Primeira - Igreja, Conjunto do Carmo - Ordem Terceira e Casa de Oração, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, Paço Municipal (Casa de Câmara e Cadeia), casa natal de Ana Nery – Rua Ana Nery n° 07, imóvel da Rua Benjamin Constant n° 17, Praça Manoel Vitorino n° 12, imóvel da Rua Ana Nery n° 02, imóvel da Rua Sete de Setembro n° 34, imóvel da Rua 13 de Maio n° 13, imóvel da Rua Ana Nery n° 25, imóvel da Praça da Aclamação n° 04, Igreja do Rosarinho e Cemitério dos Pretos, Igreja Nossa Senhora do Monte, Quarteirão Leite Alves, nova sede da Fundação Hansen (Quarteirão Leite Alves, antiga Fábrica de Charutos Leite & Alves), e neste mesmo Quarteirão está sendo reformado o prédio que abrigará a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB).

Segundo o Monumenta, a proposta de recuperação do Quarteirão Leite Alves tem como objetivo dar novo significado a um conjunto histórico importante da cidade. A implantação da UFRB foi criada pela Lei 11.151 de 29 de julho de 2005, pelo desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, com sede na cidade de Cruz das Almas e unidades instaladas em outros municípios do Estado da Bahia como Cachoeira, Amargosa e Santo Antônio de Jesus. A instalação desta tem como objetivo, segundo o IPHAN (2008), atender a uma carência da região e tentar (re) dinamizá-la.

Também são financiadas as obras em espaços públicos, como os logradouros de Cachoeira e sua orla fluvial (entre a cidade de Cachoeira e São Félix está o Rio Paraguaçu, separadas somente pela ponte D. Pedro II) e em imóveis privados, financiando projetos como oficinas de marcenaria e pintura artística, cursos de guias de turismo e cursos de qualificação de mão-de-obra.

Ao todo os investimentos do Monumenta em Cachoeira já ultrapassam os R\$ 24 milhões. O financiamento das despesas do programa dividiu-se nas obras: Casa de Câmara e Cadeia (R\$400.551,92), Casa de Ana Nery (R\$183.251,67), Capela Nossa Senhora D'Ajuda (R\$135.901,97), Ordem Primeira do Conjunto do Carmo (R\$1.970.256,46), Ordem Terceira do Conjunto do Carmo (R\$ 2.561.078,22), Igreja do Rosarinho e cemitério (R\$436.188,22), Quarteirão Leite Alves, para abrigar a Universidade (R\$6.335.734,70), Igreja da Conceição do Monte (R\$753.389,03), Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário (R\$ 1.553.745,40), Imóvel Rua Benjamin Constant nº17 (R\$258.178,68), Imóvel Rua Sete de Setembro nº34 (R\$ 278.504,91) e outros imóveis que ainda não foram restaurados até então.

As obras em imóveis privados estão entre outras: Cine Teatro Cachoeira, Conjunto de Casas da Santa Casa de Misericórdia, Conjunto de Sobrados da Santa Casa de Misericórdia, Hotel Colombo, Sobrado da Av. Sobral Pinto, Imóvel da Praça da Aclamação nº 2 e Imóveis da Rua Ana Nery nº 01 e 04.

Ao todo, até 2007, foram restaurados 11 imóveis em Cachoeira e são previstos mais 80 imóveis privados a serem restaurados nos próximos anos.

Segundo o Programa, os investimentos em imóveis privados servem para ampliar a atuação do Monumenta, na medida em que os recursos aplicados nestes imóveis reverterão obrigatoriamente ao Fundo Municipal de Preservação. Para a recuperação

destes imóveis há condições especiais de financiamento, como taxa de juros zero e prazos de até 20 anos para serem quitadas.

Segundo o IPHAN (2008) os imóveis são selecionados através de edital público lançado pelo município ou estado. Os proprietários que desejam que seus imóveis sejam restaurados pelo Monumenta deverão elaborar propostas, indicando os itens da obra que pretende financiar e seu respectivo valor que, uma vez selecionadas, são analisadas pelas equipes da UEP, IPHAN e CEF. Se o projeto for selecionado, o proprietário assinará um contrato de financiamento e receberá os recursos para executar as obras. Com a conclusão desta, o proprietário iniciará o pagamento após seis meses, servindo para o aumento do Fundo Municipal de Preservação.

Nestes imóveis privados o Monumenta financia, independente do interessado ou de seu representante: recuperação de fachadas e coberturas, estabilização ou consolidação da estrutura de imóvel e fiação elétrica. Para pessoas com baixa renda poderá ser financiado ainda: reforma interna, como iluminação, ventilação e instalações sanitárias e reforma e adequação do imóvel para fins de geração de renda.

Qualquer proprietário de imóveis poderá enviar propostas de financiamento para a restauração de seus imóveis, onde passarão por análise e posterior restauração. Em 2005, na cidade de Cachoeira foram enviados ao Monumenta 150 pedidos de financiamento, onde se todos fossem restaurados somariam valor superior a R\$ 190 milhões.

Gentrificação em Cachoeira?

Nota-se que nos sítios urbanos tombados, há um maior apelo às políticas para sua preservação, transformando a cidade histórica em produto de consumo cultural. Segundo Choay (2001), os monumentos históricos sofreram valorização com o passar dos anos, e com a nova política cultural das últimas décadas, criaram-se mecanismos destinados a valorizar o patrimônio e a transformá-lo em produto econômico, dentre as quais destacam-se a restauração e a animação cultural.

Em tese, o Monumenta tem como essência, ser uma política pública de suposta tentativa de requalificação e refuncionalização dos centros urbanos tombados pelo IPHAN, com objetivo de preservar o patrimônio histórico cultural, criando verdadeiros pólos culturais

para reaquecer a economia local. Estas ações, em alguns casos, constatados através de pesquisa de campo, realizadas durante o ano de 2008, com aplicação de questionários e entrevistas com a população residente da cidade; os turistas; as agências imobiliárias locais; e os proprietários dos imóveis particulares restaurados, geram um processo de gentrificação, principalmente nas áreas em que o Monumenta está financiando obras de restauração.

Este processo também é impulsionado pela instalação da UFRB e a chegada de novos moradores (professores, estudantes e funcionários) que possuem, na maioria das vezes, uma maior renda em relação aos cachoeiranos, e com estes novos moradores, cria-se a necessidade de locais para moradia. Com esta grande demanda há uma supervalorização dos imóveis, aumentando de forma surpreendente os valores cobrados em aluguéis.

A introdução destes novos moradores na cidade causa o enobrecimento da área, denominado gentrificação, alterando a composição social original, em decorrência de programas de requalificação, refuncionalização e culturalização do espaço urbano, de interesses imobiliários, empresariais e financeiros. A área onde este novo grupo homogêneo se instala causa certa dinâmica, pois cria-se um novo tipo de comércio e prestação de serviços para atendê-los.

O processo de gentrificação é explicado por Faccenda (2003), como a valorização imobiliária de áreas anteriormente degradadas, que abrigavam pessoas com renda inferior aos novos moradores. A partir da recuperação da área, o custo de vida e o preço dos aluguéis aumentam e tornam-se inviáveis aos padrões dos moradores originais ou estimular a venda dos imóveis, forçando sua mudança para áreas mais distantes ou igualmente degradadas, causando, desta forma a exclusão social e afastando, mas não solucionando, o problema dos moradores de baixa renda.

Segundo Pelegrini (2006) em um espaço urbano que recebe ações de programas e políticas de valorização do patrimônio cultural urbano, como os centros-históricos e cidades históricas, passa a existir um apelo a “culturalização” destes espaços, que são locais ideais para a atuação da especulação imobiliária do solo urbano e privatização dos espaços e bens públicos.

A partir da leitura de Faccenda (2003), constamos um processo semelhante na Itália, com a instalação da Universidade de Bolonha em um bairro recuperado por uma

política pública semelhante ao Monumenta. Os bairros recuperados e o crescimento do comércio sofisticado para atender aos novos moradores tornaram o ambiente ideal para o aumento considerável no preço dos imóveis na área, se iniciando novas ações de requalificação dos bairros residenciais populares localizados nas proximidades do centro histórico. As residências populares foram transformadas em residências estudantis ou de professores da universidade. As áreas térreas, por sua vez, foram ocupadas por restaurantes, bares, livrarias, clubes de música, galerias de arte, enfim, por todo o tipo de comércio e serviço ligado à vida intelectual da universidade. E mais uma vez os moradores originais sofreram com a exclusão econômica e social.

A voz dos cachoeiranos

A partir dos questionários realizados em campo com a população local e com os turistas para avaliar as modificações e influências do Monumenta na cidade, bem como visitas aos locais restaurados, observou-se que muitos dos casarões e igrejas, onde houve atuação do Monumenta, permanecem sem uso ou se encontram fechados à visitação pública. A não utilização destes imóveis, já foi motivo de diversas reportagens de jornais de circulação estadual, como o Jornal A Tarde (2008) “alguns dos casarões restaurados pelo Monumenta encontram-se atualmente sem função, como exemplo o casarão construído no século XVIII, restaurado com o custo de R\$260 mil”.

Outra contestação refere-se à instalação da UFRB que, em tese, deveria ser um centro para o desenvolvimento urbano-regional, uma conquista dos cachoeiranos e demais habitantes do Recôncavo, mas sabe-se que estes pouco opinaram para a sua instalação, tampouco para a definição dos cursos que a Universidade oferece na cidade.

O Plano Diretor da cidade não cita o Programa Monumenta, quando se refere ao patrimônio cultural urbano nos artigos que estabelecem normas a sua preservação, inibição de novas construções e modificações que comprometam a imagem do sítio histórico.

O congelamento do sítio urbano de Cachoeira e a demora na liberação de obras de recuperação é uma das principais reclamações da população local, já que qualquer modificação e/ou construção necessita de autorização do IPHAN, onde o seu não cumprimento poderá acarretar multas.

O desenvolvimento da cidade, principalmente, a partir do turismo é um aspecto relevante para os entrevistados, pois estimula a reestruturação física dos imóveis e espaços públicos antigos, pela intervenção do Estado através de projetos de restauração como o Monumenta, proporcionando mais desenvolvimento para a cidade. A população local atribui à atuação do Monumenta ao aumento do fluxo de turistas na cidade, constituído em grande maioria por estrangeiros, atraídos também pelas festas populares e manifestações religiosas. Afirmam que este fluxo é altamente benéfico para a cidade, mas ressaltam que Cachoeira não possui infra-estrutura suficiente para manter turistas por um período de tempo maior, pois faltam hotéis, restaurantes entre outros serviços que proporcionariam maior permanência destes na cidade.

Em entrevista com moradores dos imóveis particulares restaurados, localizados no centro da cidade, a grande maioria obteve financiamento através de inscrição no IPHAN. Em alguns imóveis, a função residencial foi modificada para funções mistas (residência e comércio), estabelecendo pequenos comércios e oferecendo serviços como sorveteria, salão de beleza e farmácia. Nos imóveis visitados em 2008, a grande maioria, as reformas estão em andamento. Nenhum proprietário dos imóveis iniciou o pagamento do financiamento, sendo que na maioria foram reformados telhados, fachadas entre outros. Os donos destes imóveis acreditam que os restauros em residenciais particulares auxiliam no aumento do fluxo de turistas, pois preserva a arquitetura histórica da cidade, enfatizando que o centro histórico de Cachoeira, tornou-se valorizado esteticamente após a interferência do Monumenta. Acreditam também que a preservação da arquitetura “não modernizada” atrai público que busca nestes espaços um refúgio da modernidade dos centros urbanos.

Considerações Finais

Em Cachoeira, as políticas públicas não são capazes de amparar as populações pobres que são “expulsas” das áreas que estão em processo de requalificação e refuncionalização, criando verdadeiras zonas miseráveis entorno do centro restaurado, como o bairro do Caquende, em Cachoeira.

Este processo produz uma cidade cada vez mais desigual, na medida em que, de um lado, promove a exclusão da população pobre das áreas revitalizadas (gerando

posteriormente desemprego e miserabilidade) a favor dos interesses econômicos dos segmentos mais abastados, e, de outro, propicia a apropriação das culturas tradicionais, tomadas apenas como mercadorias ou meios de captação de recursos financeiros. Podendo ser, a curto prazo, eficaz e capaz de dinamizar a economia e recuperar o espaço público, mas não é extensivo a toda a população, não promovendo consciência da preservação e o direito a cidadania, pois a desigualdade e o limitado acesso aos espaços públicos e aos equipamentos urbanos, seguramente, afetam a população mais carente. Esses efeitos redundam, paradoxalmente, na privatização das áreas distinguidas como patrimônios culturais nacionais ou da humanidade, culminando com impedimentos ao exercício da cidadania.

Entretanto, ainda falta a tomada de consciência por parte da população local, pois em muitas entrevistas durante os trabalhos de campo realizados na cidade de Cachoeira, observou-se que há um grande contentamento com a atuação do Programa Monumenta na cidade, afirmando que este é o responsável pela nova dinâmica local, sendo quase inexistentes declarações com descontentamento à política de restauração urbana. Notou-se também que o denominador comum aos segmentos refere-se à dinâmica turística da cidade que movimenta enorme quantidade de pessoas e de capital, atuando cada vez mais em cidades com patrimônio cultural urbano, como Cachoeira, criando novos espaços e novas dinâmicas nas formas e nos usos da cidade.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 20 de Abril de 2009.
- CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros; LACERDA, Ana Maria. SILVA; Maria Conceição da Costa e Silva; FLEXOR, Maria Helena (Org). **O Conjunto do Carmo de Cachoeira**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/files/carmocachoeira.pdf>. Acesso em: 30 de Abril de 2008.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- CLARK, David. **Introdução à geografia urbana**. São Paulo: Difel, 1985
- FACCENDA, Marcelo Borges. **Entre Davis e Golias (boas e más) dos museus na dinâmica urbana**. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq034/arq034_03.asp. Acesso em: 03 de maio de 2008.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN (Brasil). **Patrimônio Material**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12297&retorno=paginaAlpha n>. Acesso em: 16 de Abril de 2008.
- JORNAL A TARDE (Cristina Santos Pita). **Casarão histórico está sem função**. Salvador, 20 de maio de 2008, Folha Bahia, p, 14.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). **Programa Monumenta**. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/site/>. Acesso em: 15 de Abril de 2008.
- PELEGRINI, Sandra. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**. Revista Brasileira de História, vol.26, no.51, São Paulo, Jan./Jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882006000100007&lng=&nrm=iso&tlng. Acesso em: 27 de Abril de 2008.
- PRODETUR (Brasil). **Patrimônio Histórico**. Disponível em: [http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/3.4%20%20patrim%C3%B4nio%20hist%C3%B3rico%20e%20cultural%20\(pse\).pdf](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/3.4%20%20patrim%C3%B4nio%20hist%C3%B3rico%20e%20cultural%20(pse).pdf). Acesso em: 04 de Maio de 2008.